

Indicadores de pobreza da população preta e parda e sistema tributário

» CLEUCIO SANTOS NUNES

Doutor em direito do Estado pela UnB, professor no mestrado da Universidade Católica de Brasília e ex-conselheiro do Carf

Não surpreende ninguém que a pobreza está associada à baixa escolaridade. Neste artigo, vamos examinar índices educacionais das populações preta, parda e branca nas duas últimas décadas e relacioná-los com renda e tributação. Fixado esse ponto, é possível levantar a hipótese de que o sistema tributário brasileiro contribui para o acirramento de desigualdades socioeconômicas. Daí porque a reforma tributária que se avizinha poderá ser uma oportunidade de iniciar um processo de correção desse problema.

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, que abrangeu informações dos 10 anos anteriores, entre pretos, pardos e brancos, os índices de analfabetismo são discrepantes. Por exemplo, nos municípios com menos de 5 mil habitantes, o percentual de analfabetos pretos foi de 27,1%, contra 20% e 9,8% de pardos e brancos, respectivamente. Nos municípios com população entre 5 e 10 mil habitantes, brancos somaram 11,4% dos analfabetos; pretos e pardos registraram, respectivamente, 28,3% e 21,75%.

Em 2022, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Pnad contínua, 7,4% dos pretos com 15 anos ou mais eram analfabetos, enquanto brancos analfabetos na mesma faixa etária eram 3,4%. Acima dos 60 anos, essa diferença aumenta, sendo 23,3% de pretos analfabetos contra 9,3% dos brancos. Ainda em 2022, 47% das pessoas pretas haviam concluído o ensino básico obrigatório, para 60,7% de pessoas brancas. Na faixa etária de 18 a 24 anos, 36,7% dos brancos estavam estudando, contra 26,2% de pretos e pardos. Tratando-se de curso superior, nesse grupo etário, 29,2% de brancos frequentavam algum tipo de graduação, enquanto pretos ou pardos, 15,3%. Além disso, 70,9% dos pretos e pardos nessa idade não estudavam nem tinham concluído o curso superior, ao passo que, entre os brancos, esse índice cai para 57,3%.

Em duas décadas, os índices demonstram desigualdade entre brancos, pretos e pardos em matéria de escolaridade e favorecem as pessoas brancas. Isso se reflete na renda média desses grupos raciais. De acordo com o Censo de 2010, a renda média mensal



de brancos naquele ano era de R\$ 1.574, enquanto a de pretos registrou R\$ 834, e a de pardos, R\$ 845. Indígenas ficaram com o menor valor, R\$ 735. No ano de 2016, conforme a Pnad contínua, pretos tiveram rendimentos médios mensais de R\$ 1.461, ao passo que pardos e brancos receberam, respectivamente, R\$ 1.480 e R\$ 2.660. Já em 2021, o rendimento médio dos trabalhadores brancos foi de R\$ 3.099, superando muito o de pretos, que ficou em R\$ 1.764 e o de pardos, R\$ 1.814.

Como se observa, existe uma relação lógica e intrínseca entre escolaridade e renda. Quanto mais os índices de escolaridade na média diminuem, menor é a renda média. Assim, é urgente a manutenção e a expansão de políticas públicas educacionais capazes de corrigir essas diferenças, de modo que a oportunidade de educação de qualidade se universalize.

O sistema de tributação contribui para o acirramento desses indicadores de desigualdade. Isso se deve, em grande parte, aos tributos sobre o consumo, que, em 2021, representaram 44,02% de toda a arrecadação. Tais tributos incidem igualmente sobre a renda de

ricos e de pobres. Conforme o Banco Mundial, a linha da pobreza é fixada em US\$ 5,50 diários (ou R\$ 486 mensais per capita); já para a extrema pobreza, a renda diária é de US\$ 1,90 diários, equivalente a R\$ 168 mensais per capita.

A renda média mensal per capita dos mais ricos, em 2021, registrou o valor de R\$ 7.717,58. Os tributos do consumo incidem igualmente sobre essas rendas por que estão embutidos no preço dos produtos e serviços consumidos, gerando uma relação de iniquidade entre esses grupos econômicos, pois, descontados os tributos do consumo, sobra muito mais renda para os mais ricos do que para os mais pobres.

Considerando que a população mais pobre e carente de direitos básicos é formada por pretos e pardos, segue-se que o sistema de tributação brasileiro, quase totalmente baseado no consumo, contribui para o acirramento de desigualdades econômicas e raciais. Daí porque cabe à reforma tributária em curso no Congresso Nacional adotar mecanismos que permitam a erradicação desse problema ou, pelo menos, a sua atenuação.

Desoneração da folha de pagamento: golpe duro para o setor de tecnologia

» GERINO XAVIER

Presidente da Federação das Empresas de Tecnologia da Informação (Fenainfo)

A decisão recente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar integralmente o Projeto de Lei que prorrogava a desoneração da folha de pagamento para 17 setores econômicos, incluindo o vital setor de tecnologia da informação, representa um marco crítico que requer uma reflexão aprofundada. Esse veto lança sombras sobre a competitividade e a atração de talentos para o nosso país, principalmente em um contexto em que o setor de tecnologia se vê prejudicado pela complexa reforma tributária em curso.

O setor de tecnologia é uma peça fundamental na engrenagem do desenvolvimento econômico brasileiro. Em um mundo cada vez mais orientado pela inovação, as empresas de tecnologia desempenham um papel crucial na criação de empregos, no impulso à pesquisa e no avanço da economia digital. Contudo, as recentes decisões políticas parecem ignorar a relevância estratégica desse setor.

A desoneração da folha de pagamento, que visava aliviar a carga tributária sobre as empresas, foi essencialmente descartada pelo veto presidencial. Essa medida era não apenas uma oportunidade para mais investimentos em inovação e desenvolvimento, mas também uma maneira de valorizar os profissionais que são os pilares da indústria tecnológica. A crise iminente que se desenha no horizonte do setor é intensificada pela já complicada situação trazida pela nova

reforma tributária. As empresas de tecnologia, que operam em um ambiente altamente competitivo globalmente, agora enfrentam uma carga tributária adicional que pode resultar em efeitos devastadores.

A TI é um setor altamente competitivo, e as políticas recentes só contribuem para a pejetização de profissionais, a evasão de talentos e a diminuição da competitividade das empresas brasileiras no cenário global. Perdemos muitos profissionais para outros países que oferecem condições mais atrativas.

Como se não bastasse, vem a reforma tributária em discussão que prevê a unificação de tributos em um IVA (IBS + CBS), com uma alíquota de referência que chega a 27,5%. Para o setor de TI, que atualmente paga alíquotas médias de 5% (ISS) e 3,65% (PIS/Cofins), essa mudança representa um aumento significativo na carga tributária, que já é onerosa para as empresas e pode se tornar insustentável com tais aumentos.

Vale lembrar que representamos mais de 135 mil empresas, das quais cerca de 30 mil são especializadas em software. Em 2021, esse setor respondeu por 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e gerou aproximadamente 1,67 milhão de empregos diretos. Portanto, a saúde desse setor é vital para a economia do país.

É crucial entendermos a magnitude do impacto que essas decisões podem ter no futuro do Brasil. Estamos em um cenário em que

a tributação sobre a geração de empregos ameaça não apenas a estabilidade financeira das empresas de tecnologia, mas também a atratividade do Brasil como um destino para profissionais altamente qualificados.

A visão da Fenainfo é clara: a tributação deve ser direcionada para o consumo, não para a geração de empregos. Estamos em um momento crucial em que é necessário repensar e reavaliar as políticas que impactam diretamente o setor de tecnologia e, por extensão, o futuro econômico do Brasil.

Fazemos um apelo urgente às autoridades, aos legisladores e a todos os envolvidos nas decisões políticas. É imperativo agir com rapidez para reverter essa situação e buscar alternativas que não apenas protejam, mas também promovam o setor de tecnologia. Somente assim, poderemos construir um caminho sólido e promissor para o desenvolvimento econômico do país.

Em meio a esses desafios, é essencial ressaltar que a tributação sobre a geração de empregos não é a solução, mas parte do problema. O Brasil precisa de políticas que incentivem a inovação, a criação de empregos e a competitividade internacional, garantindo que o país esteja na vanguarda da revolução tecnológica que moldará o século 21. A Fenainfo continuará lutando incansavelmente por um ambiente propício ao desenvolvimento e crescimento do setor de tecnologia no Brasil.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Quem te viu e quem te vê

Um dos graves problemas, se não o maior de todos eles, apontados aqui neste espaço desde sempre, diz respeito à politização de cunho ideológico que as instituições do Estado brasileiro vêm sendo submetidas, transformando esses órgãos públicos em verdadeiros aparelhos do partido no poder. Para o cidadão, que acredita ainda viver numa democracia, em que os serviços públicos seriam, por lei, infensos a ideologias e apartidários, tal distorção não apenas dificulta o dia a dia dos brasileiros, como cria uma casta de privilegiados, ou cidadãos de primeira classe, desde que comunguem da mesma crença dos mandatários de plantão.

A abdução da máquina do Estado por um partido, transforma o Estado numa espécie de extensão dessa legenda. Mesmo entidades que não sobrevivam propriamente dos recursos públicos, mas que servem aos cidadãos, quando abduzidas por partidos políticos, no mínimo, deixam de cumprir suas funções com isenção. Exemplos atuais são a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), duas instituições presentes na vida nacional e que, em outros momentos no passado, prestaram serviços relevantes à sociedade, mas, hoje, dominadas por agentes partidário, transformaram-se em apêndice da esquerda no poder. Isso sem citar as universidades públicas, quase todas enfeitadas por doutrinas de esquerda, preocupadas mais em formar militantes do que profissionais capacitados.

No passado, a OAB, com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e a UNE tiveram papel fundamental na defesa da democracia e em prol das liberdades individuais, enfrentando o aparelho do Estado com destemor e mesmo com o sacrifício pessoal de seus membros. Esse tempo vai longe e vem sendo encoberto pela poeira do esquecimento e pelo manto da indiferença e da inoperância com que essas instituições se transformaram. Enfileiradas, de modo cego, surdo e mudo ao lado do governo, essas entidades se transformaram não só em omissas, como, em muitos casos, se alinham automaticamente ao lado das teses do governo, deixando a população perplexa e mesmo indignada com essa mudança de caráter.

O caso da OAB, num país onde a Justiça nunca ficou ao lado dos mais necessitados, é o mais emblemático e preocupante. Fechou não somente os olhos para combate à corrupção, no caso, a Operação Lava-Jato, como tem permitido, entre seus membros na direção, apoio total aos desmandos do atual governo. Além disso, tem se omitido sistematicamente em apoiar os advogados que defendem os presos políticos do 8 de janeiro, permitindo que o Supremo cometa abusos e ilegalidades das mais gritantes.

Dominada por uma casta de advogados ligados diretamente à esquerda, a OAB tem em seus quadros, os maiores escritórios de advocacia, muitos deles criados para defender um grande contingente de indivíduos envolvidos nos mais escabrosos casos de corrupção e malversação do dinheiro público.

Sociedades de advogados, como o grupo Prerrogativa, que agem abertamente em caráter exclusivo em defesa dos criminosos do colarinho branco, ganhando, com essa prestação de serviço, rios de dinheiro, não recebem, por parte da OAB, qualquer admoestação. Além disso, essa instituição tem feito ouvidos de mercador ao trabalho dos escritórios de advocacia que têm, entre seus sócios, pessoas ligadas por laços familiares aos ministros das altas cortes, como se tudo isso fosse ético do ponto de vista da advocacia. Quem te viu e quem te vê. No futuro, quando forem revisitados esses tempos sinistros em que vivemos, entidades como essa e outras encontrarão o destaque de rodapé que merecem entre as instituições do tipo colaboracionistas.

» A frase que foi pronunciada:

“Se ages contra a justiça e eu te deixo agir, então, a injustiça é minha.”

Mahatma Gandhi

Pendência

» A comunidade católica espera a missa de reparação na Catedral. A profanação do templo ainda não foi esquecida. As homenagens eram para Paulo de Tarso Sanseverino. O evento foi desvirtuado, transformando-se em um desrespeito total ao local. Quem assistiu à cena de perto conta detalhes da instrumentalização do evento.

O pessimista

» Lançado em Brasília um teatro grandioso com performances que arrancam aplausos do público. É bom lembrar que, depois de apresentada a peça, as cortinas se fecham, e cada um volta para a sua casa. Era só uma encenação.

Vida nova

» Marcelo Vaz, secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, comemora o projeto de revitalização ou requalificação da Avenida W3. Começa nas quadras 707/708 da W3 Norte, e a execução se estenderá para as outras quadras já no ano que vem.

» História de Brasília

O Serviço de Meteorologia, do ministério da Agricultura, que funcionava em Brasília, foi abandonado totalmente. O chefe foi transferido, funcionários entraram em férias, e ninguém foi substituído. (Publicada em 27/3/1962)